

HABEAS CORPUS Nº 545.193 - RS (2019/0338385-2)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
FABIANE RUPERTI LONTRA - RS049752
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : M F DE O
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em favor de M F DE OF contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Consta dos autos que o paciente foi submetido a medida socioeducativa de internação pela prática de ato infracional análogo ao delito de roubo (art. 121 c/c o art. 14, inc. II, três vezes, ambos do Código Penal – homicídio tentado), tendo sido determinada a suspensão das atividades externas concedidas no curso de internação determinada em outro feito.

A defesa interpôs agravo em execução, o qual foi desprovido, nos termos de acórdão que recebeu a seguinte ementa (fls. 11/17):

HABEAS CORPUS. ECA. INTERNAÇÃO. SENTENÇA. EXECUÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA. NOVA CONDENAÇÃO. PEDIDO DE PROGRESSÃO. DESCABIMENTO. ILEGALIDADE INEXISTENTE. 1. Imperiosa a denegação da ordem de habeas corpus quando inexistente qualquer ilegalidade na privação de liberdade do adolescente, pois decorre de sentença. 2. Ainda que o adolescente tenha obtido progressão de medida socioeducativa imposta para internação com possibilidade de atividades externas, considerando que sobreveio o julgamento de nova representação, por ato infracional praticado posteriormente ao fato que deu origem a medida originária, a qual havia sido progredida, inexistente qualquer ilegalidade no restabelecimento da medida sem possibilidade de atividades externas. Inteligência do art. 45 da Lei ¹ 12.594/12. Ordem denegada.

A impetrante afirma que a regressão de medida socioeducativa no momento

somente trará prejuízos ao paciente, especialmente se considerado que a condenação se refere a fatos cometidos antes de o paciente já haver sido submetido à medida de internação, na qual apresentou evidentes progressos.

Requer, em liminar e no mérito, que o paciente passe imediatamente a cumprir medida de internação com possibilidade de atividades abertas (ICPAE).

Medida liminar indeferida conforme decisão de fls. 69/70.

Parecer ministerial de fls. 73/74 pela concessão da ordem.

É o breve relatório. Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

O art. 45, § 2º, da Lei n. 12.594/2012 (Sinase) veda expressamente ao Juízo das Execuções que, em decorrência da unificação, aplique nova medida de internação – por atos infracionais anteriores – a adolescente que já tenha concluído a execução de medida socioeducativa dessa natureza ou sido transferido para medida menos rigorosa, sendo tais atos absorvidos por aqueles aos quais se impôs a medida socioeducativa extrema.

O referido artigo dispõe que:

Art. 45. Se, no transcurso da execução, sobrevier sentença de aplicação de nova medida, a autoridade judiciária procederá à unificação, ouvidos, previamente, o Ministério Público e o defensor, no prazo de 3 (três) dias sucessivos, decidindo-se em igual prazo.

[...]

§ 2º É vedado à autoridade judiciária aplicar nova medida de internação, por atos infracionais praticados anteriormente, a adolescente que já tenha concluído cumprimento de medida socioeducativa dessa natureza, ou que tenha sido transferido para cumprimento de medida menos rigorosa, sendo tais atos absorvidos por aqueles aos quais se impôs a medida socioeducativa extrema.

A propósito, confirmam-se os seguintes precedentes:

RECURSO ESPECIAL. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. ADOLESCENTE EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO POR OUTROS ATOS INFRACIONAIS. INAPLICABILIDADE DO ARTIGO 45, § 2º DA LEI N. 12.594/2012.

1. A impossibilidade de aplicação de nova medida socioeducativa de internação, por ato infracional anterior, refere-se aos casos em que o menor infrator já tenha concluído o cumprimento da medida socioeducativa.

2. O art. 45, § 2º, da Lei n. 12.594/2012 dispõe ser "vedado à autoridade judiciária aplicar nova medida de internação, por atos infracionais praticados anteriormente, a adolescente que já tenha concluído cumprimento de medida socioeducativa dessa natureza, ou que tenha sido transferido para cumprimento de medida menos rigorosa, sendo tais atos absorvidos por aqueles aos quais se impôs a medida socioeducativa extrema".

3. "Referido dispositivo não respalda a extinção do processo sem resolução do mérito, em especial, porque a vida pregressa do adolescente é fundamental para orientar o estabelecimento de futuras medidas socioeducativas, caso sejam cometidos novos atos infracionais, tendo em vista inclusive o art. 122, II, do ECA. O que se apura é a possibilidade de o juízo da execução extinguir a medida extrema imposta a posteriori em sentença socioeducativa, pois não faria sentido impor ao adolescente nova medida de internação, por cometimento de ato infracional anterior ao que ensejou a medida socioeducativa já cumprida ou abrandada" (HC 391.986/ES, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 04/04/2017, DJe 17/04/2017).

4. É possível impor outras medidas socioeducativas, estando ainda em curso a execução da medida socioeducativa de internação pela prática de ato infracional diverso, respeitado o prazo máximo de liberação compulsória, o que impede a determinação de reinício da medida, já que o ato infracional questionado é anterior ao que resultou na imposição da medida de internação em andamento.

5. Recurso provido.

(REsp 1720565/ES, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 24/08/2018)

PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO MONOCRÁTICA. PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. OFENSA. INEXISTÊNCIA. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. ADOLESCENTE EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO

POR OUTROS ATOS INFRACIONAIS. INAPLICABILIDADE DO ART. 45, § 2º, DA LEI N. 12.594/2012.

[...]

2. Em relação ao art. 45, § 2º, da Lei n. 12.594/2012, tido por violado, a jurisprudência firmada nesta Corte Superior é no sentido de que "referido dispositivo não respalda a extinção do processo sem resolução do mérito, em especial, porque a vida pregressa do adolescente é fundamental para orientar o estabelecimento de futuras medidas socioeducativas, caso sejam cometidos novos atos infracionais, tendo em vista inclusive o art. 122, II, do ECA. O que se apura é a possibilidade de o juízo da execução extinguir a medida extrema imposta a posteriori em sentença socioeducativa, pois não faria sentido impor ao adolescente nova medida de internação, por cometimento de ato infracional anterior ao que ensejou a medida socioeducativa já cumprida ou abrandada" (HC n. 391.986/ES, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 4/4/2017, DJe 17/4/2017).

3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 1226791/ES, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 13/11/2018)

Assim, a despeito de o adolescente ter obtido progressão de medida socioeducativa imposta para internação com possibilidade de atividades externas, não há falar, de imediato, em absorção da medida socioeducativa aqui imposta, considerando que sobreveio o julgamento de nova representação criminal, por ato infracional praticado posteriormente ao fato que deu origem a medida originária, cabendo, ao Juízo da Execução, avaliar a possibilidade de unificação ou extinção, o que se deu na hipótese.

Dessa forma, inexistente flagrante constrangimento ilegal que autorize a concessão da ordem de ofício.

Ante o exposto, não conheço do presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator